

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

**ADALBERTO ZORZO
(ORGANIZADOR)**

**PRODUÇÃO
CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA
NA ÁREA DE
ADMINISTRAÇÃO**

**ADALBERTO ZORZO
(ORGANIZADOR)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 Produção científico-tecnológica na área de administração [recurso eletrônico] / Organizador Adalberto Zorzo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-13-3
 DOI 10.22533/at.ed.133200303

1. Administração – Pesquisa – Brasil. 2. Tecnologia. I. Zorzo, Adalberto.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coletânea “Produção Científico-Tecnológica na Área de Administração” é uma coletânea de trabalhos desenvolvido por: discentes, docentes (mestres e doutores) e pesquisadores com o objetivo de discutir, aplicar e fomentar a pesquisa; bem como incrementar o conhecimento científico-tecnológico na área de Administração.

O volume composto por quatorze trabalhos de excelência acadêmica abordará as temáticas nas áreas científica-tecnológica administrativa, tais como, logística, gestão, educação, sistema de informação e projetos. Com uma abordagem interdisciplinar em seus temas de estudo.

O objetivo central da coletânea é servir de referencial teórico para futuras pesquisas de alunos na área da administração bem como pesquisadores em seus projetos científicos, sejam eles, na área profissional ou acadêmica. Além disso, estimular e fomentar a divulgação de pesquisas acadêmicas na área. Deste modo, o volume está completo de trabalhos acadêmicos, em diversos métodos de pesquisa científica.

Com dados consolidados, estruturados e bem embasados, de modo que o leitor possa extrair a informação em sua excelência.

Desta forma, agradecemos a todos os autores pelo empenho e dedicação a área de administração, o qual puderam contribuir com a temática científico tecnológica, e ao corpo editorial da Atena Editora envolvido neste livro, o qual tornou a realidade esta obra de excelência

Entendemos o quão é importante a leitura desta coletânea, sendo ele, um guia para consultas sobre a temática.

Boa Leitura!!!!

Adalberto Zorzo

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A INFLUÊNCIA DA DISCIPLINA EMPREENDEDORISMO NA VIDA PROFISSIONAL DE UM ACADÊMICO YOUTUBER | |
| Náthaly do Amaral Verzas Helmuth Ossinaga Martines da Silva Ana Lúcia Monteiro Maciel Golin | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003031 | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| ANÁLISE DE IMPACTO: POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PARA O PORTO DE SANTOS | |
| Yuri Leal Clemente Ferreira Gabriel Diego Souza Marcus Vinicius Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003032 | |
| CAPÍTULO 3 | 19 |
| AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO SUPERIOR: UM ENFOQUE SOBRE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS | |
| Elimar Rodrigues Alexandre | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003033 | |
| CAPÍTULO 4 | 35 |
| BIG DATA EM COMPRAS: UMA PESQUISA SOBRE O USO EM INDÚSTRIAS BRASILEIRAS | |
| Karen Cristina Araujo Facio | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003034 | |
| CAPÍTULO 5 | 53 |
| COMO OS CLUSTERS INDUSTRIAIS EM OPERAÇÕES E LOGÍSTICA SÃO ABORDADOS | |
| Ricardo Augusto Oliveira Santos Ricardo Silveira Martins | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003035 | |
| CAPÍTULO 6 | 69 |
| EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA DO SETOR DE BIOTECNOLOGIA E SUAS CAPACIDADES RELACIONAIS PARA A INOVAÇÃO | |
| João Marcos Silva de Almeida Priscila Rezende da Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003036 | |
| CAPÍTULO 7 | 90 |
| ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO CONSÓRCIO COOPERATIVO AGROPECUÁRIO MINEIRO | |
| Nidelson Teixeira Falcão Alexandre Teixeira Dias | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003037 | |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 8 | 111 |
| ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NO INTUITO DE MELHORIA NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO | |
| Priscila Marinho da Silva | |
| Marcela Cíntia da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003038 | |
| CAPÍTULO 9 | 131 |
| GERENCIAMENTO DE RISCO DE TRÁFEGO EM PPP RODOVIÁRIA COM USO DE MODELAGEM DE OPÇÕES REAIS EM CONCESSÕES SCUT | |
| Cristiano Maroja de Medeiros | |
| DOI 10.22533/at.ed.1332003039 | |
| CAPÍTULO 10 | 144 |
| O SUCESSO DOS PROJETOS NA VISÃO DE GERENTES DE PROJETOS E EMPRESAS | |
| Emerson Aparecido Mouco Júnior | |
| Juliano Cesar dos Santos Braz | |
| Thiago Gonçalves Bastos | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030310 | |
| CAPÍTULO 11 | 157 |
| PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS COMERCIANTES DE AÇAÍ NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA URBANA DE PORTO VELHO - RO | |
| Pablo Nunes Vargas | |
| Cassia Toshie Yamanaka | |
| Tomás Daniel Menéndez Rodríguez | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030311 | |
| CAPÍTULO 12 | 172 |
| REVISÃO TEÓRICA SOBRE AS DIMENSÕES DOS VALORES DA CULTURA ORGANIZACIONAL PARA A GESTÃO DA COOPERAÇÃO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA | |
| Sonia Regina Hierro Parolin | |
| Andrea de Paula Segatto | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030312 | |
| CAPÍTULO 13 | 192 |
| SEM DOR, SEM GANHO! REFLEXÕES SOBRE O SACRIFÍCIO PERCEBIDO DE CONSUMO A PARTIR DA PRÁTICA FITNESS | |
| Marianny Jessica de Brito Silva | |
| Salomão Alencar de Farias | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030313 | |
| CAPÍTULO 14 | 207 |
| TENHO QUE DECIDIR, E AGORA? UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE PESQUISAS EXPERIMENTAIS ENVOLVENDO TAREFAS DECISÓRIAS | |
| Mauri Leodir Löbler | |
| Eliete dos Reis Lehnhart | |
| Rafaela Dutra Tagliapietra | |
| Carolina Schneider Bender | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030314 | |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 15 | 231 |
| AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UM ESTUDO BASEADO NO SISTEMA PEARLS | |
| Lívia Cardoso Silva de Jesus Ribeiro | |
| Rafael Crisóstomo Alves | |
| DOI 10.22533/at.ed.13320030315 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 252 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 253 |

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS COMERCIANTES DE AÇAÍ NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA URBANA DE PORTO VELHO - RO

Data de aceite: 19/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Pablo Nunes Vargas

Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de
Ciências Sociais Aplicadas
Porto Velho – Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/2390771411323067>

Cassia Toshie Yamanaka

Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de
Ciências Sociais Aplicadas
Porto Velho – Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/7975241882781333>

Tomás Daniel Menéndez Rodríguez

Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de
Ciências Sociais Aplicadas
Porto Velho – Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/4649740767932046>

RESUMO: Deliberações no contexto da governança urbana demandam inclusão da perspectiva da sociedade. Em se tratando de populações tradicionais da Amazônia, é importante considerar os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) na análise das políticas públicas para buscar melhores condições de extrativismo e comércio. O artigo tem por objetivo compreender como os comerciantes de

açaí do contexto urbano de Porto Velho estão inseridos nas questões das políticas públicas sobre o extrativismo e o comércio deste PFNM. Utilizou-se de metodologia qualitativa e um instrumento de coleta de dados baseado no cubo democrático de Archon Fung, com aplicação em comerciantes de açaí nas feiras de Porto Velho, assim como, entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo. Os resultados mostram a incipiência do processo de participação pública na governança urbana de Porto Velho. Conclui-se que o extrativismo e o comércio do açaí enfrentam dificuldades para sua consolidação devido à ausência de políticas públicas de valorização deste produto. **PALAVRAS-CHAVE:** Governança urbana; Participação pública; Açaí.

PUBLIC PARTICIPATION OF AÇAÍ TRADERS IN THE CONTEXT OF THE URBAN GOVERNANCE OF PORTO VELHO – RO

ABSTRACT: Deliberations in the context of urban governance demand inclusion from the perspective of society. In the case of traditional Amazonian populations, it is important to consider Non-Timber Forest Products (NTFP) in the analysis of public policies to seek better conditions for extraction and trade. The article

aims to understand how the acai traders of the urban context of Porto Velho are inserted in the questions of public policy about the extraction and trade of this NTFP. A qualitative methodology and a data collection instrument based on Archon Fung's democratic cube were used with acai traders in the popular markets of Porto Velho. The results show the incipient public participation process in the urban governance of Porto Velho. It is concluded that the extraction and trade of acai face difficulties for its consolidation due to the absence of public policies of valorization of this product.

KEYWORDS: Urban governance; Public participation; Açai.

1 | INTRODUÇÃO

De maneira geral a governança pode ser entendida como um conjunto inter-relacionado de atores dentro de uma estruturação para resolver um problema coletivo. Para Pierre e Peters (2005, p. 6), governança compreende basicamente as relações estado-sociedade na busca de interesses coletivos, sendo uma “maneira de definir o papel do governo na sociedade, portanto, a análise deve ser capaz de contextualizar e explicar conflitos em relação a objetivos e meios”.

A governança seguida da palavra urbana diz respeito à experiência da governança no ambiente urbano. Essa governança começou a tornar-se popular no fim dos anos 1990, com ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU) trazendo discussões sobre a boa governança. Os conceitos relacionados à governança urbana quase sempre estão em conjunto de ideias descentralizadas nas tomadas de decisão que por fim buscam inserir a participação da sociedade nesse processo (NEWMAN et al., 2004). A nova política tem um aspecto voltado para o social e a gestão descentralizada, transformando a forma de interação e tomada de decisão, onde a sociedade participa ativamente.

Na última década, a participação ganhou aceitação em todo o mundo, incumbindo esforços para envolver a sociedade diretamente nos processos de governança, almejando reforçar a legitimidade moral e política daqueles que a utilizam, bem como aumentar a eficiência e eficácia da intervenção planejada (CORNWALL, 2002). Ou seja, a participação pode ser vista como um mecanismo que colabora no planejamento e na legitimação das ações dos atores nas tomadas de decisões. Outro aspecto relacionado a participação é o fator da informação, sendo este o elemento essencial que possibilita o elo para a troca de informações entre a sociedade e o poder público (CHÁVEZ, 2015).

Compreender a perspectiva da sociedade pode ser essencial para definir os processos que envolvem a participação dentro do contexto da governança. A governança urbana tem aspectos que envolvem a participação pública como mecanismo. Em se tratando de populações tradicionais da Amazônia, os Produtos

Florestais Não Madeireiros (PFNM) são de grande importância na geração de renda e dependem das políticas públicas urbanas para auxiliar no comércio em maior escala, além de sua participação na tomada de decisões envolvendo o tema.

O açaí, sendo um PFNM que iniciou a consolidação de um amplo mercado interno e externo, é ainda um importante recurso para as populações tradicionais da Amazônia (LIMA et al., 2013). Entretanto, o extrativismo e o comércio do açaí têm sofrido com a ausência de políticas públicas de valorização dos PFNM (PAES-DE-SOUZA et al., 2011). O objetivo do presente artigo é descrever a forma que os comerciantes de açaí do contexto urbano de Porto Velho estão sendo inseridos nas questões sobre o extrativismo e o comércio deste PFNM, utilizando como referência a governança participativa, a governança urbana e a participação pública.

Após essa seção introdutória, o artigo apresenta uma seção para a revisão da literatura na qual serão apresentados conceitos e estudos referentes ao tema. Em seguida, a descrição da metodologia utilizando-se de um instrumento desenvolvido com base na revisão. Na penúltima seção, apresentam-se as discussões e análise dos resultados. Por fim, uma seção para as considerações finais acerca do assunto e possíveis futuros estudos.

2 | REVISÃO TEÓRICA

Esta seção busca apresentar as principais definições envolvendo os temas governança urbana e participação pública, assim como de retratar alguns estudos relevantes.

2.1 Governança urbana

Obeng-Odoom (2012) traz a discussão os diversos conceitos e seus estudos relacionados com governança urbana que surgiram na literatura. O objetivo do artigo é trazer mais clareza para o significado do termo de governança urbana, que segundo Obeng-Odoom (2012, p. 204) “[...] pode ser examinada como um conjunto de significados, em particular como descentralização, empreendedorismo e democratização”. De modo mais específico e pela percepção deste artigo, a governança urbana atua para alcançar os objetivos das cidades, através de um processo coordenado envolvendo o governo, as entidades privadas e a sociedade. (JESSOP, 2002; PIERRE, 1999; WU, 2002). Essa governança, em diferentes contextos de grupos sociais, pode ser avaliada em dois aspectos, que são: participação democrática e eficiência gerencial (KEATING, 1991).

De acordo com Frey (2007), o neoliberalismo causou as transformações importantes na área da governança urbana. Além disso, a globalização e o aumento da participação da sociedade, também contribuíram para as mudanças no cenário

da gestão urbana. Sendo que se propõem à governança uma forma de análise empírica através de uma lente teórica voltada para a gestão em rede.

Melo e Baiocchi (2006) destaca a importância dos estudos direcionados para governança urbana e democracia deliberativa. Isso pode ser visto na seguinte afirmação:

Os últimos anos viram muito interesse prático e acadêmico em novas formas de tomada de decisão na gestão de cidades, tais como mecanismos participativos e governança por redes. Impulsionados tanto pela insatisfação com modelos padronizados de representação quanto pela crescente relevância de regiões e cidades como locais de inovação, temas como “participação local” tornaram-se de rigor quando se discutem assuntos urbano (MELO; BAIOCCHI, 2006, p. 587).

Nota-se que as mudanças são provocadas devido aos modelos padronizados não se sustentarem mais para os problemas atuais das gestões das cidades. Destacou-se os mecanismos novos incorporados na gestão das cidades, como a participação local e a governança por uma estrutura em redes.

Em Melo e Baiocchi (2006) é realizada uma análise das contribuições da tensão provocada entre a deliberação e a governança, tendo concluído que uma abordagem mais integrada é mais recomendada para compreensão dessa tensão. Outro achado interessante foi que as experiências deliberativas são mais propensas a ter sucesso em cidades médias e grandes, apesar do fato de que há mais a participação do cidadão em cidades pequenas.

Gentile (2011) realizou um estudo de caso com a Barcelona Activa, definida como uma agência local do Conselho da Cidade. Essa agência funciona como um órgão central para apoio da administração municipal tendo sido responsável pela criação de empresas e aumento da qualidade de emprego para a área urbana e metropolitana. Esse artigo concentrou-se na estratégia adotada pelos atores da cidade de Barcelona, com a agência agindo como uma intermediadora (entre setor público e privado) e descentralizadora na ativação do emprego na região. A missão estratégica da agência diz que para cada plano de capacitação, qualificação tecnológica, competência, aprimoramento profissional e criação de novas oportunidades de trabalho, podem ser desenvolvidos dentro de um conceito geral de participação local e integração de emprego.

Descreve-se que esse é um termo muito moderno e utilizado recentemente pelos Estados, onde almeja tornar a cidade um local melhor para todos os seus residentes. Outro ponto está no processo da governança, onde se defendem que deve haver participação dos atores, com discussões e buscando promover parcerias de vários setores da cidade (OBENG-ODOOM, 2012).

Desta forma, um aspecto importante na Governança Urbana é a participação pública dos cidadãos que vivem nas áreas urbanas, cujo tema será tratado no próximo tópico, em busca de promover políticas públicas para suprir as demandas

de todos as camadas da população.

2.2 Participação pública

Marzuki (2009), afirma que as definições de participação envolvem questões democráticas, ligadas aos direitos humanos e a descentralização dos poderes. Isso demonstra o quanto a participação pública pode ser fundamental no planejamento da gestão e nas eventuais tomadas de decisão. A participação pública pode ser agrupada em dois tipos de categorias, que são (ROWE; FREWER, 2000): auxiliar na forma de opinião (como levantamentos e grupos focais) e provocar decisões em políticas (como conferências de consenso e júris de cidadãos).

No Brasil logo após o fim da ditadura, a participação pública teve, como um de seus pontos de partida, a sua contemplação na Constituição Federal de 1988 que acabou servindo de base para as experiências com orçamento participativo (MATOS; NEVES, 2008). Frey (2007) faz uma análise mais teórico-conceitual com uma lente para a base teórica da gestão em rede, como forma de explicar os arranjos de governança. Nessa lente teórica, discutem-se algumas ações práticas de algumas das participações públicas realizadas na cidade de Porto Alegre como a do orçamento participativo.

Para Frey (2007), a qualidade da participação, define-se pela forma como ocorre a ocupação e a formação das questões públicas envolvendo as relações entre o governo e a sociedade, devendo ser de maneira democrática e fornecendo os meios para ativação dessa relação. Já, Lima (2012) questiona como alcançar a inserção da população na elaboração de planos, sendo que temos como herança histórica atitudes contrárias ao de interesse público. Em análise ao plano de Diretor realizado em Teresina, constatou o quanto é baixa a participação dos movimentos sociais em formulações de planejamento urbano. Sendo de maior interação as da categoria profissionais e empresários da atividade urbana. Dessa forma, ficando restrito a poucos, tornando a participação de quem realmente deveria estar deliberando as decisões, uma cooperação figurativa (LIMA, 2012).

Existem três importantes dimensões dentro dos quais variam as formas de participação direta: a seleção de participantes, que diz respeito a quem participa dos processos de decisão (aberta para todos que desejarem participar, ou apenas participação da elite interessada); a comunicação e decisão, que especifica como os participantes trocam informações e tomam decisões; e a autoridade e poder, que descreve a relação entre discussões e política ou ações públicas (FUNG, 2006).

Em se tratando da primeira dimensão (seleção de participantes), existem cinco mecanismos mais comuns de selecionar os que irão compor o quórum participativo. Grande parte das participações públicas utilizam-se da “autosseleção”, ou seja, aberto para qualquer indivíduo que deseje participar. O “recrutamento seletivo” é

utilizado como mecanismo para participação de grupos que são menos prováveis de engajamento (neste caso, existe um incentivo para a participação). A “seleção aleatória” de participantes dentro de uma população geral trata-se da melhor forma de garantir a representatividade descritiva. O engajamento de “partes interessadas leigas” ou de “partes interessadas profissionais” são outros mecanismos de seleção de participantes (FUNG, 2006).

Dentro da segunda dimensão (comunicação e processos decisórios), existem seis principais modos de comunicação e tomadas de decisão nas configurações participativas: escutar como expectador, expressar preferências, desenvolver preferências, agregar e negociar, deliberar e negociar, e implantar técnicas e expertises. Mecanismos que empregam os três primeiros modos de comunicação normalmente não estão interessadas em traduzir as preferências dos participantes em uma decisão coletiva. Por outro lado, os três últimos estão mais propensos a tomadas de decisão pelos participantes (FUNG, 2006).

A terceira dimensão (autoridade e poder) é ilustrada por cinco extensões de autoridade, variando do menos para o mais autoritário: benefícios pessoais, em que os participantes estão interessados em cumprir uma obrigação cívica ou proteger seu interesse no tema; comunicação influente, utilizado para mobilizar ou alterar opiniões públicas; recomendações e consultas, nos quais são preservados a autoridade e o poder de oficiais, mas ainda há recebimento de ideias dos participantes; parceria de cogoverno, em que apenas oficiais desenvolvem estratégias para ações públicas; e autoridade direta sobre decisões públicas ou recursos.

Desta forma, dentro dessas três dimensões, Fung (2006) propõe o *framework* do Cubo Democrático (Figura 01), no qual o design das escolhas institucionais é alocado segundo as variações nos mecanismos de participação. O autor elenca ainda três importantes problemas referentes à governança democrática, considera legitimidade quando uma política pública ou ação é legítima quando os cidadãos possuem boas razões para apoiá-la ou obedecê-la; justiça quando a injustiça comumente é resultado de desigualdade política; e efetividade mesmo quando uma decisão pública é legítima e justa, as agências estatais podem ser incapazes de implementá-la.

Dentro da temática sobre participação pública na Governança Urbana, propõe-se uma breve discussão a respeito da inserção de comerciantes de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) no contexto urbano de municípios amazônicos, com enfoque no açaí, visto que se trata de um produto típico da região e muitos indivíduos geram renda em sua função.

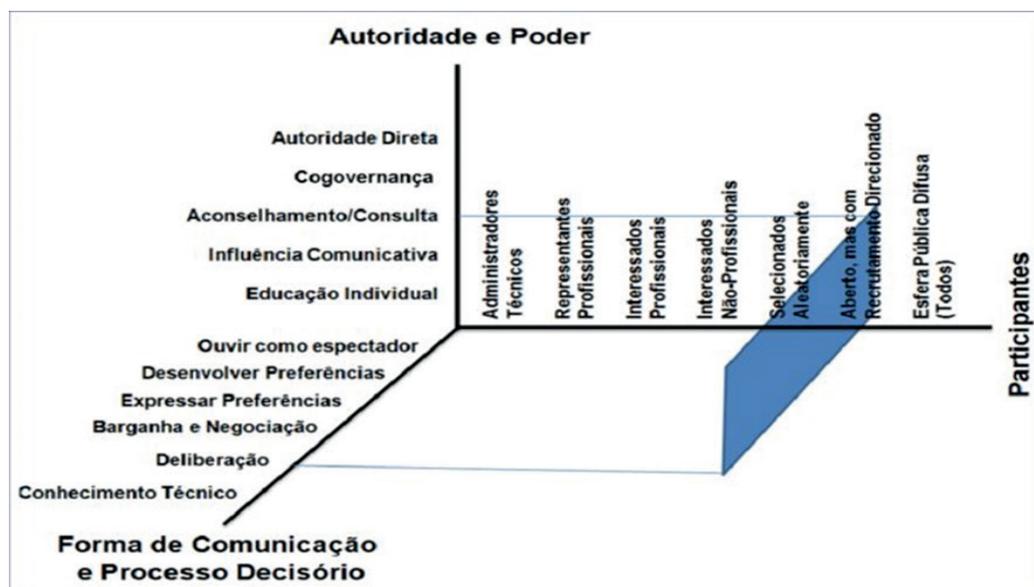


Figura 01 - Cubo Democrático

Fonte: Fung (2006, p. 71).

2.3 Comerciantes de PFM e sua participação na governança urbana

O termo “Produtos Florestais Não Madeireiros” (PFNM) surgiu como expressão para a ampla gama de produtos (tanto animais, quanto vegetais) que não se referiam à madeira proveniente de espécies arbóreas da floresta. Tais PFNM podem ser produzidos como plantas semi-domesticadas em plantios, em sistemas agroflorestais, ou em outros sistemas manejados, e podem também ser naturais da floresta, tendo finalidade de uso doméstico ou comercial, ou possuindo significância social, religiosa ou cultural específica (WICKENS, 1991; SANTOS et al., 2003). No âmbito das populações tradicionais da Amazônia, os PFNM são de grande importância na geração de renda e, apesar de estarem inseridas no contexto rural dos municípios amazônicos, tornam-se dependentes das políticas públicas implementadas nas áreas urbanas para auxiliar no comércio em maior escala.

Um dos PFNM de grande interesse no consumo e no comércio é o açaí. Este produto está na base alimentar de diversas populações ribeirinhas que vivem na Amazônia. O fruto em sua forma *in natura* possibilita ganhos econômicos e sociais, pela atração de investimentos e geração de oportunidades de negócios no âmbito agroindustrial e, sendo um produto que integra diferentes atores que atuam em algum elo da cadeia produtiva, está consolidando um amplo mercado interno e externo (LIMA et al., 2013). No entanto, a consolidação do extrativismo e do comércio do açaí têm sofrido dificuldades devido à ausência de políticas públicas de valorização dos PFNM (PAES-DE-SOUZA et al., 2011).

A atuação do Estado como agente de modernização é bastante limitada, principalmente em se tratando da prestação dos serviços públicos básicos à população rural. Uma das restrições para uma boa governança nas áreas rurais é a

falta de legitimidade democrática devido à inexistência de mecanismos efetivos de participação social e de *accountability* (FREY, 2010). No contexto do extrativismo e do comércio dos PFNM os mecanismos de participação pública envolvendo os extrativistas e comerciantes poderia promover melhores instrumentos para o exercício de tais atividades.

3 | METODOLOGIA

O presente artigo possui metodologia qualitativa (SAUNDERS et al., 2012) pela busca de análise das percepções dos extrativistas e comerciantes de açaí quanto às políticas públicas existentes em relação ao produto, e trata-se de uma pesquisa descritiva (GIL, 2002), pois possui finalidade de descrever as características da participação pública dos extrativistas e comerciantes de açaí no contexto urbano de Porto Velho. A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de campo (GIL, 2002) a fim de buscar aprofundamento nas percepções dos comerciantes de açaí. Foram aplicados formulários semiestruturados com dez comerciantes e uma entrevista em profundidade com um representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Porto Velho, tendo esse representante mais de 30 anos de experiência na área de associativismo com produtores rurais.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se o referencial teórico da governança urbana e da participação pública para a construção do instrumento de pesquisa. A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de formulário (LAKATOS; MARCONI, 2002), e a entrevista utilizada para confirmar os achados presentes nos formulários.

O formulário foi aplicado no mês de maio do ano 2019, sendo utilizado uma amostra de conveniência, em lugares onde aconteciam as feiras de ruas e as feiras fixas em mercados populares da cidade de Porto Velho, com os comerciantes de açaí. Esse instrumento teve como base teórica a governança urbana e participação pública utilizando-se, principalmente, do cubo democrático de Fung (2006).

No formulário foram feitas algumas questões relacionadas a escala de 5 pontos, para a indicação do grau de concordância ou discordância das afirmações, de modo que esses pontos são: Discordo Totalmente, Discordo Parcialmente, Nem Concordo e Nem Discordo, Concordo Parcialmente e Concordo Totalmente. Foram cinco afirmações referentes à aspectos da Governança Urbana e sete relacionadas ao cubo democrático. A confiabilidade dessas questões foi calculada pelo *alfa* de Cronbach que apresentou valor igual a 0,737, portanto, um valor superior a 0,7 que seria um nível bastante aceito. Em relação às questões abertas, foram utilizadas para verificar se os respondentes tinham: conhecimento sobre alguma

agência intermediadora entre o governo e a sociedade, conhecimento sobre o apoio de alguma política pública, que tipo incentivos necessitam e como poderia ser melhorada a participação no contexto de tomadas de decisões em relação ao extrativismo e ao comércio de açaí.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, de modo que a interpretação dos dados é qualitativa e realizada de acordo com a metodologia definida anteriormente.

4.1 Perfil dos respondentes

A metade dos respondentes que trabalham no comércio do açaí, atuam também no extrativismo e no processamento da polpa. Dos demais respondentes, 4 trabalham somente com comércio e apenas 1 trabalha com o processamento e o comércio. O açaí pode ser visto como atividade familiar em 9 dos 10 respondentes, ou seja, para a maioria trata-se da atividade principal que sustenta a família. 70% dos respondentes foram encontrados nas feiras livres da cidade e os demais em comércios fixos, como mercados populares. Em relação ao preço de venda, o açaí varia de 5 a 10 reais o litro. Esta variação, segundo os próprios comerciantes, dá-se pela oscilação da oferta de açaí devido ao final da safra. Já quanto a sua origem, pode-se notar uma diversidade de locais, tais como: Porto Velho, Humaitá, Vale do Jamari, Cujubim, Ji-Paraná, Ariquemes e Rio Branco (AC).

4.2 Análise das respostas do formulário

As questões do formulário tiveram como objetivo identificar como os comerciantes de açaí participam do processo de Governança Urbana na cidade de Porto Velho, principalmente aos aspectos de políticas públicas e do processo de governança urbana com participação pública. A Figura 2 sintetiza as respostas relacionadas a Governança Urbana. A Figura 3 resume as respostas apresentadas em relação ao Cubo Democrático.

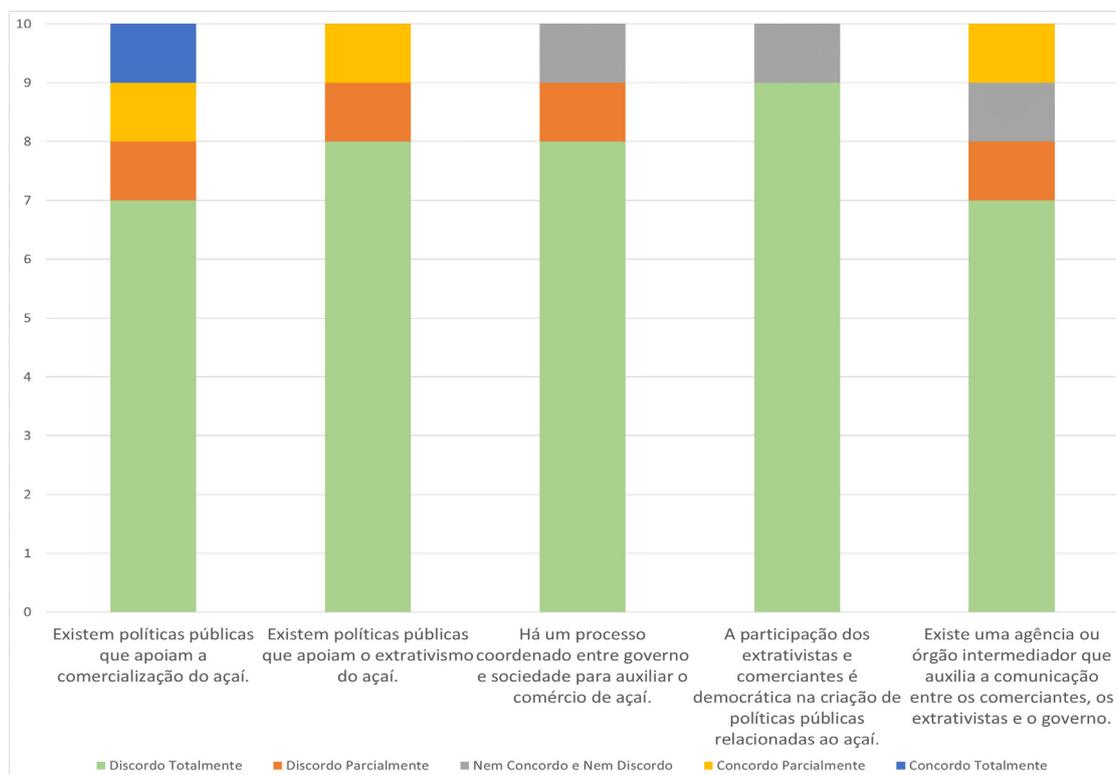


Figura 2 - Gráfico das questões relacionadas à Governança Urbana

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 2, pode-se notar, pela perspectiva dos respondentes, uma ausência de políticas públicas tanto para a comercialização como para o extrativismo do açaí, assim como a falta de participação e de uma agência intermediadora desse processo de governança entre o governo e a sociedade.

As respostas às quatro primeiras questões mostram que os entrevistados desconhecem políticas públicas que auxiliam questões relacionadas ao açaí, e não percebem um processo coordenado, tampouco democrático, entre o governo e a sociedade para auxiliar no comércio de açaí, o que contradiz a deliberação democrática defendida por Melo e Baiocchi (2006), e por Obeng-Odoom (2012) necessária à governança urbana.

As respostas à quinta questão demonstram ausência de uma agência intermediadora na comunicação entre o governo e os comerciantes de açaí, tendo em vista a percepção destes. Observa-se o desconhecimento dos extrativistas e comerciantes de açaí sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Porto Velho, cujo representante foi entrevistado. Segundo este, apesar de existirem algumas ações relacionadas aos produtores de açaí na região de Porto Velho, ainda são incipientes e não conseguem abranger todos os interessados, o que justifica o desconhecimento deste órgão pelos entrevistados. Além disso, o representante do sindicato informou que ainda não existem políticas públicas que incentivem diretamente o extrativismo e a comercialização do açaí. Caso este

sindicato conseguisse atuar de forma mais efetiva, supõe-se que pudesse agir como intermediadora (entre setor público e privado) e descentralizadora na ativação do emprego na região urbana de Porto Velho, como indicado no estudo de caso realizado por Gentile (2011).

Todos os aspectos identificados indicam uma grande lacuna na governança urbana de Porto Velho em relação ao açaí, mesmo sendo considerado um produto regional importante na geração de renda para a população.

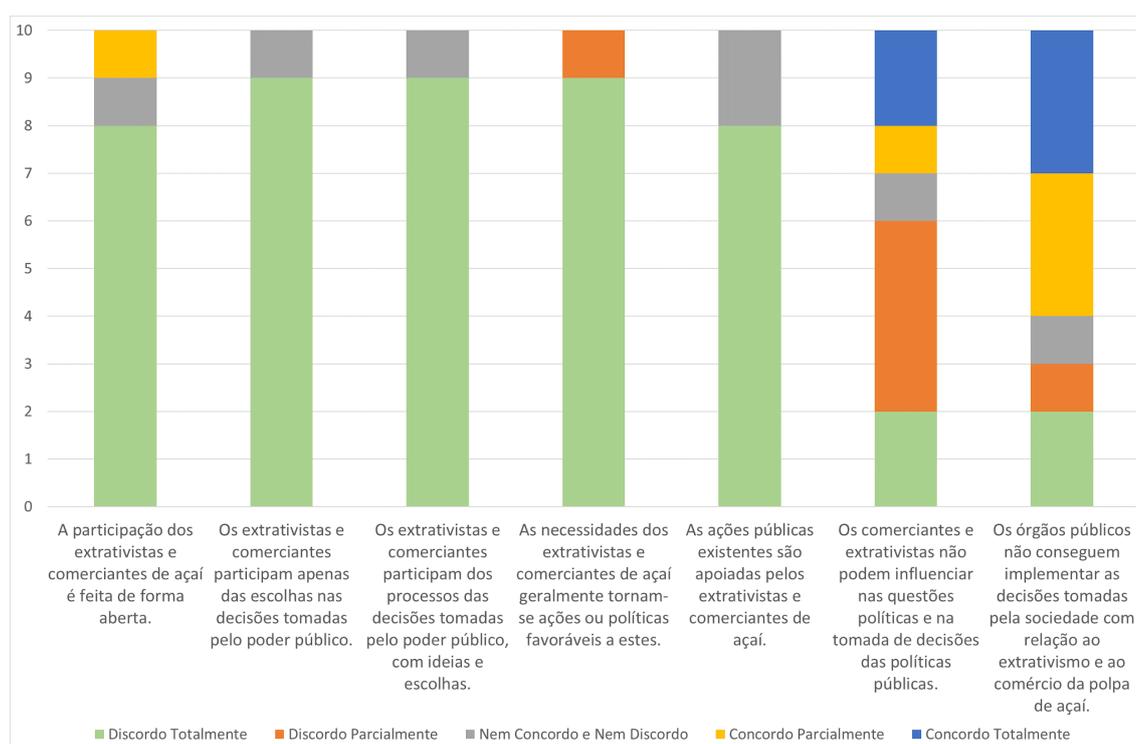


Figura 3 - Gráfico das questões relacionadas ao Cubo Democrático.

Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 3, é possível observar que a participação não é percebida pela realização de forma aberta, ou seja, faltam mecanismos de inclusão para poder facilitar as formas de participação e contribuição dos comerciantes de açaí. A maioria dos respondentes discordam que participam dos processos de tomadas de decisão realizados pelo governo, alegando que nunca foram convidados a participarem de uma reunião do governo para decisões em relação ao comércio e extrativismo do açaí. As respostas das quatro primeiras questões demonstram claramente que não existe um processo de participação satisfatório de modo a atender a primeira e a segunda dimensão da participação pública proposta por Fung (2006), pois os entrevistados não são convidados a comparecerem às reuniões realizadas pelo governo, tampouco são informados sobre as decisões tomadas em relação ao tema.

A quinta questão relacionada ao Cubo Democrático, por outro lado, apesar de quase total discordância, é necessário salientar que as ações públicas não são

apoiadas devido à sua ausência, pois caso existissem, os entrevistados teriam grande interesse em apoiá-las.

Observa-se que as duas últimas questões em relação ao Cubo Democrático causaram maior divergência comparadas às anteriores. Na sexta questão, apesar de apresentar respostas divergentes, grande parte dos entrevistados acredita que os comerciantes e extrativistas podem influenciar na tomada de decisões, mas no momento não possuem abertura para este tipo de participação, e assim não influenciam as políticas e ações públicas da forma que poderiam.

Na última questão, ligada à anterior, os entrevistados que concordaram (totalmente ou parcialmente) que os órgãos públicos não conseguem implementar as decisões tomadas pela sociedade em relação ao açaí complementaram que tal fato ocorre devido ao desinteresse do governo em ouvir as necessidades da sociedade. Já os que discordaram (totalmente ou parcialmente), adicionaram que o governo não quer implementar as decisões da sociedade, pois em sua percepção os órgãos conseguiriam implementá-las se realmente desejassem. Tais questões auxiliam na análise da segunda e terceira dimensão da participação pública proposta por Fung (2006). Apesar de não haver um processo de participação efetiva, os entrevistados possuem interesse em participar das reuniões relativas ao tema para defender seus interesses na geração de renda com o açaí (benefícios pessoais na terceira dimensão do Cubo Democrático), e ainda possuem uma certa convicção de que poderiam ser ouvidos para implementação das políticas públicas (negociação das preferências na segunda dimensão do Cubo Democrático).

Nas questões abertas, observou-se que grande parte dos entrevistados participariam das reuniões para tomadas de decisão, caso fossem informados sobre seu acontecimento. Além disso, uma grande necessidade de incentivo governamental mostrou-se na manutenção da qualidade do açaí, pois o consumo reduz drasticamente quando há incidência de doenças relacionadas ao açaí, como a doença de chagas. Outra demanda que surgiu foi em relação ao transporte do açaí, visto que se trata de um produto altamente perecível após ser extraído ou processado em polpa e necessita chegar rapidamente ao mercado consumidor. Já o tabelamento de preços foi citado apenas por 30% dos entrevistados. Para a maior parte dos entrevistados a oscilação da oferta de açaí não permite a fixação do preço do produto.

Através da análise das respostas ao formulário, percebeu-se que ainda é incipiente o processo de participação pública na governança urbana de Porto Velho, mas apesar das ausências de diversos elementos percebidas pelos respondentes neste processo, os entrevistados acreditam que podem exercer uma certa influência nas questões políticas, assim como, nas tomadas de decisão, caso tenham a oportunidade para expressarem suas demandas e opiniões.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados corrobora com Paes-de-Souza et al. (2011), demonstrando que o extrativismo e o comércio do açaí sofrem grandes dificuldades na sua consolidação devido à ausência de políticas públicas de valorização do açaí. Frey (2010) indica a falta de legitimidade democrática devido à inexistência de mecanismos efetivos de participação social que uma das restrições para uma boa governança nas áreas rurais. No entanto, o presente artigo demonstra que tal afirmação é válida também no contexto urbano de Porto Velho em relação à comercialização de açaí.

Nota-se que o *framework* do Cubo Democrático não pôde ser aplicado para os comerciantes de açaí de Porto Velho, pois estes não participam nem como expectadores das reuniões ou recebendo informações sobre as decisões tomadas pelos órgãos públicos. Ou seja, são atores à margem das decisões públicas, sem conseguirem apresentar suas demandas e opiniões por não terem abertura para tal. Desta forma, é necessário criar mecanismos para efetivar a participação deste grupo de interessados nas decisões e criação de ações públicas em relação ao açaí.

Uma limitação da pesquisa foi decorrente da escolha do instrumento. A princípio, pressupunha-se que haveriam muitos comerciantes de açaí nas feiras urbanas de Porto Velho, pelo menos entre 20 e 30, visando a uma pesquisa quantitativa. No entanto, foram encontrados apenas dez comerciantes, sendo que 70% destes comercializam nas feiras de forma itinerante, ou seja, foram encontrados em mais de uma feira. Desta forma, provavelmente as entrevistas semiestruturadas seriam instrumentos mais adequados para a pesquisa, visto que poderiam ser coletadas informações mais aprofundadas para a análise qualitativa dos dados. Essa escassez de comerciantes de açaí pode ter dois motivos principais: o final da safra do açaí e a ausência de incentivos públicos para sua extração e comercialização. Assim, sugere-se que a pesquisa seja reaplicada no período alto da safra deste fruto, a fim de coletar dados de outros comerciantes em Porto Velho.

REFERÊNCIAS

CHÁVEZ, H. Información y ciudadanía, una propuesta desde la gobernanza. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 29, n. 67, p. 113-140, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v29n67/0187-358X-ib-29-67-00113.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CORNWALL, A. Locating Citizen Participation. **IDS Bulletin**, v. 33, n. 2, p. 1-10, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1759-5436.2002.tb00016.x>. Acesso em: 15 mai. 2019.

FREY, K. Governança pública e sustentabilidade socioambiental no campo?. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, p. 261-287, 2010.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC-eletrônica: Revista de Administração Pública**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Klaus_Frey/publication/26503623_Governanca_Urbana_e_Participacao_Publica/links/05b2937a584eee4807d3745f.pdf. Acesso em: 18/05/2019.

FUNG, A. Varieties of Participation in Complex Governance. **Public Administration Review**, Edição Especial, p. 66-75, dez/2006.

GENTILE, A. Urban governance of employment activation: the case of Barcelona Activa (Spain). **Brazilian Journal of Urban Management**, v. 3, n. 1, p. 41-54, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28124349_Urban_Governance_of_Employment_Activation_The_Case_of_Barcelona_Activa_Spain. Acesso em: 18 mai. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESSOP, B. Liberalism, neoliberalism, and urban governance: a state-theoretical perspective. **Antipode**, v. 34, p. 452-472, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8330.00250>. Acesso em: 18 mai. 2019

KEATING, M. **Comparative Urban Politics: Power and the City in the United States, Canada, Britain, and France**. Edward Elgar Publishing: Aldershot, UK, 1991.

LIMA, A. Planos diretores e os dilemas da governança urbana no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 362-375, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11837/8643>. Acesso em: 18/05/2019.

LIMA, E. U. et al. O arranjo produtivo local (APL) do açaí na ilha de Arumanduba (Abaetetuba/PA): Um estudo de caso na comunidade Nossa Senhora da Paz. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARZUKI, A. A review on public participation in environmental impact assessment in Malaysia. **Theoretical and Empirical Researches in Urban Management**, v. 3, n. 12, p. 126-136, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6421633.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MATOS, A; NEVES, D. Participação pública, capacitação e sistemas de accountability: experiências de orçamento participativo na América Latina e na Europa em comparação. **E-cadernos ces**, v. 2, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1413>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MELLO, M; BAIOCCHI, G. Deliberative democracy and local governance: Towards a new agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 3, p. 587-600, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2427.2006.00686.x>. Acesso em: 18 mai. 2019.

NEWMAN, J; BARNES, M; SULLIVAN, H; KNOPS, A. Public participation and collaborative governance. **Journal of Social Policy**, v. 33, p. 203-223, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/S0047279403007499>. Acesso em: 18 mai. 2019.

OBENG-ODOOM F. On the origin, meaning, and evaluation of urban governance. **Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography**, v. 66, n. 4, p. 204-212. 2012. Disponível em: <https://opus.lib.uts.edu.au/handle/10453/18721>. Acesso em: 18/05/2019

PAES-DE-SOUZA, M. et al. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.3, n.2, p. 44-57, mai/ago.

2011.

PIERRE, J. Models of urban governance: the institutional dimension of urban politics. **Urban Aff. Rev.**, v. 34, p. 372–396, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10780879922183988>. Acesso em: 18 mai. 2019

PIERRE, J.; PETERS, G. **Governing complex societies: trajectories and scenarios**. Palgrave macmillan, 2005.

ROWE, G.; FREWER, L. J. Public Participation Methods: A Framework for evaluation. **Science, Technology, & Human Values**, v. 25, n. 1, p. 3-29, 2000. Disponível em: <http://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/2000%20public%20participation%20methods.pdf> . Acesso em: 18 mai. 2019.

SANTOS, A. J. dos. et al. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **Revista Floresta**, v. 33, n. 2, p. 215-224, 2003.

SAUNDERS, M; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 6 ed. Essex: Pearson, 2012.

WICKENS, G. E. Management issues for development of non-timber forest products. **Unasylva**, v. 42, n. 165, 1991. Disponível em: <http://www.fao.org/3/u2440e/u2440e02.htm#management%20issues%20for%20development%20of%20non%20timber%20forest%20products>. Acesso em: 10 mai. 2019.

WU, F. China's changing urban governance in the transition towards a more market-oriented economy. **Urban Stud.**, v. 39, p. 1071–1093, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980220135491>. Acesso em: 18 mai. 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açai 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170
Aliança Estratégica 70
Análise de dados 11, 18, 35, 36, 37, 39, 41, 49, 50, 88, 216, 218, 219, 228
Análise de dados complexos 35, 37, 49
Atendimento ao público 111, 112, 113, 126, 127, 129
Avaliação das aprendizagens 19, 24, 26, 30, 32, 33, 34

B

Big data 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52
Biotecnologia 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88
Bibliometria 53

C

Capacidade relacional 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87
Cluster industriais 53, 65
Compras 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 49, 50, 51, 98, 100, 103, 104
Consórcio cooperativo 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 105, 106, 107
Cooperação em inovação tecnológica 172, 173, 175, 182, 186, 187, 188
Corpo 32, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Cultura organizacional 94, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190

D

Decisão 7, 20, 27, 35, 37, 38, 75, 93, 94, 95, 100, 103, 133, 136, 158, 160, 161, 162, 167, 168, 174, 178, 183, 185, 186, 207, 209, 210, 211, 218, 220, 223, 224, 225, 226, 227
Delineamento experimental 207, 208, 210, 226, 227
Desenvolvimento de novos produtos 3, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 178, 180
Documentos institucionais 19, 26
Dor 7, 192, 193, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

E

Economia regional 53, 54, 56
Eficiência do projeto 144, 146, 149
Empreendedorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 159
Empresas de base tecnológica 69, 70, 77, 87, 88
Ensino superior 1, 2, 3, 9, 19, 20, 26, 33, 34, 44
Estilo de consumo fitness 192, 194, 199, 200
Estratégia de cooperação 90, 91, 92, 93, 106
Experimento 21, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228

G

Gestão da inovação 109, 172, 173, 174, 176, 180, 182, 187, 191

Gestão Pública 112

Gestores de projeto 144

Governança urbana 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170

I

Inovação tecnológica 3, 73, 74, 95, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190

O

Opções reais 131, 133, 137, 138, 140, 141

Operações e logística 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

P

Participação pública 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 170

Pedágio virtual 131, 136

Plano de negócio 1, 7, 8, 9

PPP 131, 132, 134, 135, 136

Q

Qualidade em Saúde 112, 130

R

Regressão linear 11, 12, 16, 44, 45, 226

Revisão Integrativa 207, 209, 213, 214, 215, 216, 227, 228, 229, 230

S

Sacrifício percebido 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203

Santos 3, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 26, 53, 144, 163, 171

São José dos Campos 11, 12, 15, 17, 18

SCUT 131, 132, 133, 136, 141

Sustentabilidade 90, 91, 93, 95, 96, 97, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 145, 169, 172

Sustentabilidade econômica 90, 91, 93, 103, 106, 107

T

Tecnologia 1, 2, 3, 8, 12, 13, 37, 38, 39, 55, 57, 73, 74, 78, 79, 84, 118, 172, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 191, 231

U

Universidade 1, 2, 9, 19, 33, 34, 53, 69, 90, 107, 108, 111, 131, 142, 144, 157, 172, 190, 192, 207, 231, 249, 250, 252

 **Atena**
Editora

2 0 2 0